

Transição de Governo Municipal

Regime de Colaboração: pela continuidade,
fortalecimento e aperfeiçoamento
das iniciativas, políticas e programas
educacionais territoriais

Transição de Governo Municipal

Regime de Colaboração: pela continuidade,
fortalecimento e aperfeiçoamento das iniciativas,
políticas e programas educacionais territoriais

Realização



Parceria



Apoio



Ficha técnica

Realização: Instituto Positivo

Parceria: Itaú Social

Apoio: Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep) e Consórcio Intermunicipal do Sul do Estado de Alagoas (Conisul)

Pesquisa e autoria: Cristiane da Fonseca e Maria Paula Mansur Mäder

Coordenação editorial: Eliziane Gorniak

Edição: Maria Paula Mansur Mäder

Contribuições: Humberto Dantas

Projeto gráfico e diagramação: Gabrielly Domingues da Silva

Revisão: Gabrielly Domingues da Silva e Maria Paula Mansur Mäder

Sumário

Prefácio	5
Transição: sentido republicano e democrático à gestão pública	
Apresentação	9
O que pode ser feito no período de campanha eleitoral	11
1. Sensibilização para a responsabilidade social dos atuais gestores e profissionais da área de Educação	12
2. Orientações técnicas para organização da transição política	13
3. Painel de boas práticas	15
4. Mobilização de candidatos à prefeitura	16
O que pode ser feito no período pós-eleição	18
1. Mobilização dos novos prefeitos e DME	19
2. Realização de evento para integração dos novos DME	20
Super dica	23
Plataforma Conviva e o "Memorial de Gestão"	24
Experiências	25
1. Como se realiza uma campanha que há 16 anos garante a continuidade dos projetos educacionais	25
2. Como uma Câmara Técnica de Educação de um Consórcio está se preparando para passar pela sua primeira transição política	31
Mensagem final	35

Prefácio

Transição: sentido republicano e democrático à gestão pública

Humberto Dantas

Cientista político

O universo da gestão pública, em especial o da educação, bem como o ambiente da política são extremamente complexos. A educação enquanto política pública é a consolidação de um dos direitos sociais mais essenciais atrelados ao bem-estar e ao desenvolvimento da humanidade. A eleição, por sua vez, é o mais emblemático instante da democracia. Como elas se relacionam, e quem somos nós em meio a essa interação?

A Constituição Federal atribuiu responsabilidades das mais significativas aos três entes da federação quando o assunto é Educação. No âmbito municipal as etapas iniciais, atreladas ao universo da primeira infância, da pré-escola e sobretudo do primeiro ciclo do ensino fundamental estão nas agendas de todos os prefeitos, prefeitas e responsáveis por tal política – em boa parte dos casos, secretários e secretárias de educação. Se por um lado esses agentes municipais são direta (prefeitos) ou indiretamente (secretários) escolhidos por meio do voto a cada quatro anos, eles têm a incumbência, a despeito de suas convicções e promessas, de levarem adiante uma política de Estado. E isso é muito relevante.

Eleições municipais, ao contrário do que prega o senso comum, são muito mais intensas e mobilizadoras do que pleitos estaduais e nacionais. Elas não tratam apenas do grupo político que estará no poder, mas alteram toda a lógica econômica da

maioria de nossas cidades. O peso dos cargos de confiança, a importância dos contratos com empresas locais e tantas outras questões que passam pela prefeitura carregam de ansiedade e incerteza esse processo. Somente considerando os comissionados, em 2018 existiam mais de meio milhão de empregos vinculados às máquinas municipais. Relevante, não? Some a isso mais de meio milhão de candidatos em eleições locais; cerca de 20 vezes mais gente que nas disputas estaduais e federais. É muita gente!

Assim, perder ou ganhar uma eleição municipal é algo decisivo na vida de milhões de pessoas e suas famílias. Se isso não estiver ancorado em sólidos valores democráticos, tudo pode escorrer pelo ralo da fraude, da corrupção, da afronta às leis. Em muitos lugares sabemos que é o que ocorre. Assim, a pergunta central aqui é: onde cada um de nós está nessa história? O que significa a derrota de nosso grupo político na realidade em que estamos?

Respostas a essas perguntas são complexas, mas uma coisa deve ser mais importante do que essa reflexão. O serviço público, os direitos sociais e as políticas públicas sob uma lógica republicana são maiores que vitórias e derrotas eleitorais. Por mais que tenha havido um grande esforço técnico e político, perder faz parte. A alternância política é peça chave da democracia, e isso precisa ser respeitado.

O essencial, a partir disso, é pensar de duas maneiras. Em primeiro lugar: legalmente. Existe uma série de regras e cobranças da justiça sobre o trabalho do gestor público que ocupa um cargo de administrador responsável pelas políticas públicas em geral. Sobre a realidade da Educação, em especial, exigências municipais, estaduais e federais não faltam. Os recursos têm origens diferentes e a maioria deles vem com o destino certo – o que chamamos de verbas carimbadas. Todos sabemos o peso do Ministério Público e do Judiciário, bem como a força que por vezes vem dos conselhos, da imprensa, da sociedade em

geral. A transparência é um valor essencial, e a política pública está acima das diferenças políticas. Em segundo lugar: se a lógica política tem uma força extraordinária em nossas realidades, nada deve ser mais potente que respeitar os direitos dos indivíduos. Nesse sentido, adversários políticos não podem ser vistos como inimigos, e disputas não podem se tornar guerras que vitimem os cidadãos e seus direitos fundamentais.

Diante de tudo isso, convido você a voltar no tempo. Pense na época em que estava na escola. Mais especificamente no Fundamental I, ou se preferir no primário – o tempo passa, os nomes mudam. Você se lembra como foi a troca de gestão municipal na escola pública onde estudava? Ela estava sob a responsabilidade da prefeitura ou do Estado? Secretários foram trocados, e o que ocorreu com as aulas? Você deixou de ter aulas na sua vida por causa de um secretário de Educação? Provavelmente a imensa maioria, não. Ou seja: gestores passam, mas os estudantes sempre estarão lá. Nossa responsabilidade é imensa a despeito de onde estejamos.

Assim, a transição de governos exige responsabilidade. Não é incomum no Brasil ouvirmos falar em transições inadequadas. A chave da prefeitura some, os computadores são depredados, os arquivos apagados. Por quê? O que se ganha ao fazer isso? O que o estudante, e os cidadãos em geral, têm a ver com isso? Uma sociedade democrática tem o direito de querer mudar, e a nós cabe respeitar. E aqui pouco importa nesse instante como cada um de nós recebeu a chave da prefeitura ou da secretaria de Educação no passado. Se foi ruim em outrora, nada indica que precisamos perpetuar a prática.

Mas e se foi bom? Perfeito. Também temos bons exemplos para dar em matéria de transição. Existem passagens de poder muito bem feitas, e muita gente que continua exatamente onde está após as eleições. Esse último caso é mais simples: basta que o trabalho continue. Mas se vamos “entregar o poder”, para um grupo próximo ou para adversários, devemos ter sempre

em mente o respeito pelo sentido maior de nosso trabalho: o universo público, os cidadãos e os direitos sociais atrelados a uma política pública fundamental que é a Educação. Diante desse desafio, de transição, a pergunta é: você, secretário ou secretária de Educação, tem um perfil mais técnico ou político? Se é técnico, provavelmente saberá o que precisa fazer para entregar em excelentes condições o espaço que ocupa. Não parece razoável, moral e legalmente, que comece a ouvir daqui alguns meses que a nova gestão o acusa de ter entregue tudo de cabeça para baixo. Se o seu perfil é mais político, certamente vai pensar em se defender desse tipo de acusação, e para tanto precisar ter razão. Assim, tão preocupado quanto estive durante todo o mandato para levar adiante o que existe de melhor em matéria de educação para a sua cidade, continue pensando que governos mudam, mas cidadãos e políticas públicas continuam.

Para que possamos fechar essa reflexão, lembremos sempre da importância da participação popular na Educação. Governos terminam, mas a sociedade deve estar pronta para participar. Que os digam os conselhos de alimentação escolar, criança e adolescente, tutelar, de pais e mestre etc. Além disso, devemos consultar e envolver os organismos de justiça durante a transição. Entreguemos relatórios consistentes nas mãos do Ministério Público. E procuremos os vencedores com o intuito de alinhar dúvidas, mesmo que isso pareça utópico e democrático demais. É isso mesmo! Marquemos nossa posição sobre o que entendemos ser especial e essencial. Façamos pelo próximo o que desejamos que seja feito por nós se perdermos hoje e ganharmos amanhã. Essa é a máxima basilar que nossos professores ensinam nas escolas. Assim, ajamos conforme o que pregamos, pois a maturidade da democracia é responsabilidade de cada um de nós.

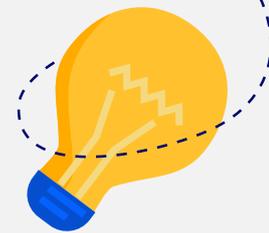
Apresentação

As eleições representam um dos importantes momentos para a democracia do país; é quando o cidadão exerce seu direito de escolha, alçando seus candidatos aos cargos por eles pleiteados e depositando neles a confiança por melhorias em seu país, estado e município. É, portanto, um momento que implica em mudanças, e nas transições de governo que poderão (ou não) dar continuidade para os projetos e políticas públicas já implantados.

No âmbito municipal, é fundamental que, em ocorrendo mudanças de dirigentes municipais de Educação (DMEs), essa transição possa ser feita com responsabilidade e colaboração, a fim de que bons projetos e as boas parcerias entre os entes municipais não se fragilizem ou sejam descontinuados após a transição de governo. Mantendo sempre a perspectiva de que os resultados de uma rede de Educação podem demorar mais a aparecer, dada a escala e abordagem adaptativa. Dessa forma, qualquer tomada de decisão que envolva mudança ou descontinuidade precisa ser cuidadosamente analisada antes de ser efetivada.

Os movimentos de colaboração entre municípios, sejam eles na forma de Câmaras Técnicas de Consórcios, Arranjos de Desenvolvimento da Educação, ou mesmo fóruns e colegiados constituem importantes espaços para endereçar projetos comuns, em favor da educação pública. Uma das principais características desses modelos é a sua abordagem primordialmente técnica, ou seja, direcionada para resolução de problemas efetivos do território, que podem estar impactando a todos ou a grande parte das redes de ensino. A partir da instituição de uma rede de colaboração, os dirigentes municipais e equipes passam a atuar de forma conjunta visando superar desafios comuns às suas redes.

O Instituto Positivo e o Itaú Social desenvolveram este documento por acreditar no potencial desses mecanismos como instrumento de fortalecimento de capacidades institucionais



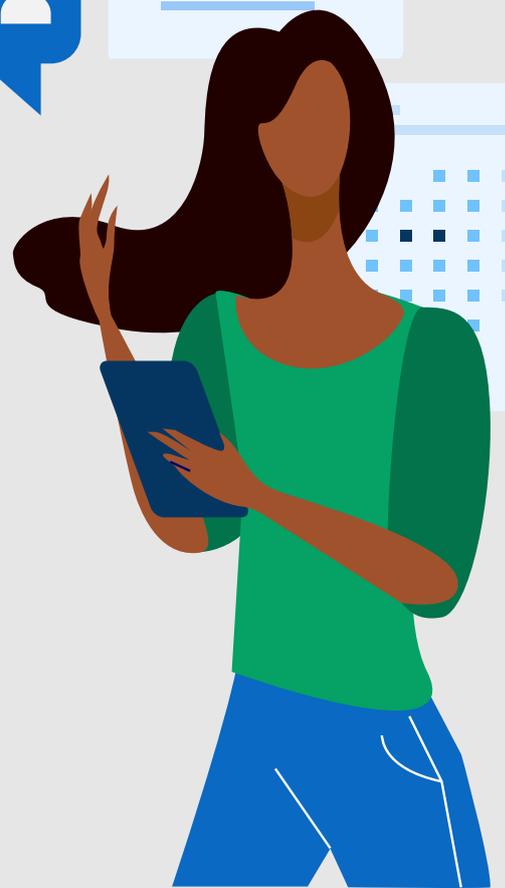
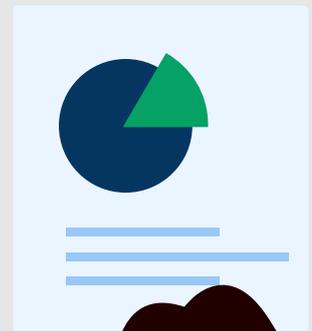
das redes de ensino, aumento da qualidade e da equidade educacional, por meio do fortalecimento da colaboração entre municípios. O objetivo é colaborar exclusivamente com os DMEs de municípios que atuam em iniciativas colaborativas, na disseminação de ideias e sugestões para que estes possam refletir e colocar em prática planos de continuidade para os projetos e políticas já implantados e em execução, para que não se percam ou se fragilizem em meio ao período de transição política.

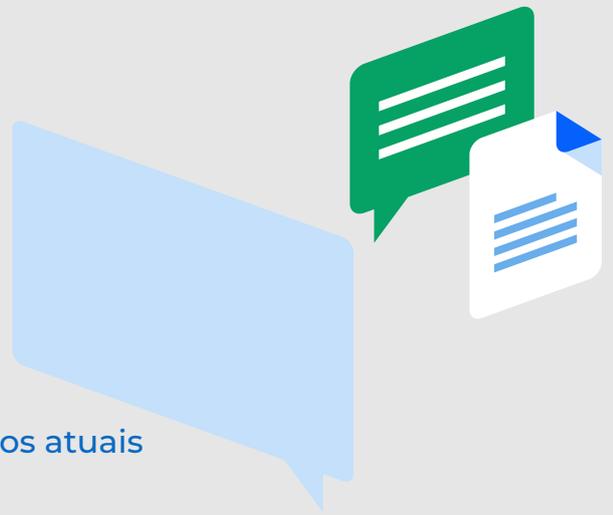
Entendemos que a fase da transição não se constitui apenas do período do pleito eleitoral até a posse dos novos governantes. Quando se trata de territórios em que os municípios optaram por trabalhar de forma conjunta, o cuidado com a transição ganha contornos ainda mais relevantes após a posse. Pois é natural que os recém-chegados se dediquem inicialmente aos seus municípios individualmente e, só então, após um período de ambientação, terão condições de conhecer mais a fundo os compromissos territoriais e a relevância dos mesmos para o seu município e a sua região. Cabe aos gestores que permanecerem, seja por terem vencido o pleito eleitoral ou por serem funcionários públicos de carreira, pensar em estratégias de acolhida e de compartilhamento de informações com aqueles que chegam, a fim de demonstrar o porquê existem iniciativas executadas em cooperação entre os entes e especialmente qual a sua relevância.

Educação pública de qualidade, com maior equidade, também depende de uma transição de governo bem feita, em que além de atender os preceitos legais, seja conduzida de forma respeitosa, cautelosa e harmônica, preservando as ações e as políticas públicas de Estado que estão trazendo eficiência, eficácia e efetividade.

Boa leitura.

O que pode ser feito no período de campanha eleitoral?





1. Sensibilização para a responsabilidade social dos atuais gestores e profissionais da área de Educação

No Brasil, o grande propósito da responsabilidade social é estimular a cidadania dentro de um país tão diverso e em desenvolvimento. O engajamento de cada pessoa em relação à comunidade em que vive significa uma resposta proativa a problemas de ordem social, ambiental e econômica.

Para que este desenvolvimento seja possível, é necessário que haja dedicação de todos, mas, em especial, daqueles que assumem posições estratégicas no país, cujas decisões são capazes de impactar no bem-estar e nos direitos da população.

Assim, manter a continuidade de iniciativas que geram resultados positivos e são reconhecidos pela população é uma forma de gerar benefícios sustentáveis. Os gestores públicos detêm este papel importante, e a continuidade de políticas públicas efetivas e de projetos de desenvolvimento social dependem, quase que exclusivamente, desses mesmos gestores no momento em que assumirem seus novos postos de trabalho.

Por isso, participar de uma transição política ética e harmoniosa, pautada por valores morais, em que o bem comum esteja acima de concorrências políticas, é um primeiro passo para a trilha do desenvolvimento social. Transcender as diferenças políticas e ideológicas, bem como manter um ambiente de diálogo, escuta ativa e colaboração mútua entre os que chegam e os que deixam seu legado, dentro dos cargos de secretarias e prefeituras é, sem dúvida, uma atitude real de compromisso social.

O compartilhamento de informações entre a gestão que inicia e a que termina colabora na implantação de um plano de governo mais efetivo, e assumir posturas de resiliência, diplomacia e cooperação são determinantes para atender o real motivo da função pública: o bem-estar da população.

Sugestão de ação:

Uma oportunidade concreta para provocar e reforçar este debate sobre compromissos públicos é a construção de um evento (que pode ser presencial ou virtual, a depender da circunstância), com palestras e/ou mesas de discussão para sensibilização dos DMES sobre a causa da responsabilidade social.

Este encontro poderá ser uma primeira ação, que poderá ter desdobramentos, caso o grupo entenda que é necessário. O momento mais propício para acontecer é antes do pleito eleitoral, a fim de que haja tempo hábil para que as equipes dos representantes de todos os candidatos possam participar, ouvir, dialogar ou, ainda, ter acesso a informações, documentos e entender, com mais clareza, as razões pelas quais esse território optou por atuar em Regime de Colaboração.

Essa oportunidade também reforça a importância da Educação ser cuidadosamente pensada e planejada nos planos de governo dos candidatos. Quanto mais o território for capaz de demonstrar, embasado em relatos e evidências, as razões pelas quais atuam em colaboração, maiores serão as chances dos candidatos compreenderem as iniciativas e, aquele que for eleito, apoiá-las posteriormente.

2. Orientações técnicas para organização da transição política

É natural que, durante o momento de transição política, ocorram dúvidas acerca dos trâmites e das relações políticas e pessoais que o momento exige.

Sugestão de ação:

Promover encontros (presenciais ou virtuais) entre os DMEs do território, podendo ser conduzido pelas equipes das secretarias ou por especialistas em políticas públicas convidados a contribuir com esclarecimentos estratégicos para este momento.

Alguns formatos possíveis:

Palestra

Ministrada por especialista em ciência política, com pauta sobre as posturas pessoais e profissionais, elementos técnicos necessários para uma transição saudável, regras e legislação que envolvem a transição política. Ao final, poderá haver um espaço aberto para perguntas e diálogos entre participantes.

Consultoria especializada em políticas públicas

Esse formato de ação é uma oportunidade para esclarecer dúvidas, especialmente sobre assuntos técnicos, acerca da transição política. Individualmente, os municípios do território podem levantar quais são as principais dúvidas sobre o tema, considerando as particularidades do cenário e as experiências já vivenciadas.

Com todas as perguntas reunidas, o grupo pode eleger um representante (ou uma comissão) para trabalhar em uma curadoria, ação que também pode ser realizada por um parceiro técnico externo, caso haja essa possibilidade.

Nesse momento, as perguntas dos municípios devem ser analisadas cuidadosamente, elencando as mais relevantes para o território e, sempre que possível, unindo perguntas semelhantes ou complementares.

O contato com o especialista que responderá a essas dúvidas pode se dar a partir de uma contratação, contando com o apoio de um parceiro para custear a consultoria, ou ainda estabelecer uma parceria com instituições de ensino superior do território.

A forma de resposta às questões também pode ocorrer de diferentes formas:

- a** o representante (ou comissão) enviar as perguntas ao especialista e promover um encontro (presencial ou virtual) podendo ser, por exemplo, em formato de mesa redonda, na qual esse profissional irá responder às questões e ainda esclarecer novas dúvidas e trocar ideias entre os integrantes da iniciativa;
- b** outra possibilidade é o representante (ou comissão) combinar com o especialista a gravação de pequenos vídeos em que ele irá responder às perguntas enviadas previamente. Esse formato possibilita que o conteúdo fique disponível numa plataforma (como YouTube, por exemplo) e possa ser revisitado sempre que necessário, funcionando como um material de apoio permanente aos profissionais do território.

3. Painel de boas práticas

Para aqueles que já vivenciaram alguma transição, seja ou não no contexto de uma iniciativa de colaboração, assumindo ou deixando o cargo de DME ou atuando na secretaria, muitas experiências ficaram registradas; boas ou mesmo ruins. A troca sobre os aprendizados que ficaram desses momentos é, sem dúvida, uma forma de enriquecer os conhecimentos do grupo e auxiliar nas estratégias a serem aplicadas para alcançar os objetivos de transparência, responsabilidade e, principalmente, continuidade dos projetos na região.

Sugestão de ação:

Realizar encontros (presenciais ou virtuais) dedicados a promover espaços de qualidade para relatos de experiências, seguidos de fóruns de discussão que possibilitem ao grupo chegar às melhores estratégias para uma transição democrática em seu território, e que garanta a qualidade e a continuidade dos trabalhos desenvolvidos em prol da educação de qualidade. Esses encontros podem reunir grupos mais amplos (contando com iniciativas de todo o Brasil), ou mesmo grupos mais restritos (com a participação de iniciativas do mesmo estado, que carregam semelhanças no que se refere ao ambiente político). É momento oportuno para trocas e para reforçar o espírito de colaboração entre todas as iniciativas de colaboração do Brasil.

4. Mobilização de candidatos à prefeitura

Para que a transformação seja realmente atingida, os projetos educacionais dependem de continuidade, e tendo a ciência que esta mesma continuidade dependerá do acolhimento do programa pelos novos gestores municipais, uma das alternativas preventivas para o momento da transição política é promover o envolvimento dos candidatos à prefeitura, durante o momento das campanhas.

Premissas para o sucesso desta ação:

- a) avaliar se o ambiente territorial é favorável para esta ação;
- b) existir concordância sobre a ação entre os DME envolvidos na iniciativa e seus parceiros;
- c) ter o cuidado para que todos os candidatos sejam devidamente convidados a participar.

Sugestão de ação:

Promover encontros (presenciais ou virtuais) com os candidatos à prefeitura, a fim de apresentar no que consiste o trabalho da iniciativa, e principalmente quais os resultados já alcançados, sejam eles pedagógicos, administrativos ou financeiros (quando possível). Conforme o cenário do pleito eleitoral da região, caberá às equipes avaliarem se tais encontros deverão ocorrer com um candidato de cada vez ou com todos ao mesmo tempo.

Recomenda-se que estejam presentes nestas reuniões, além dos DMEs, também aqueles representantes que são beneficiados pelas iniciativas desenvolvidas pelos municípios do território: gestores educacionais, docentes, até mesmo alunos e responsáveis. Os depoimentos destes em relação ao trabalho desenvolvido pode agregar maior concretude aos espectadores.

Entregar um relatório aos candidatos explicando o que é a iniciativa (de acordo com o modelo implantado na região: ADE, Consórcio, Fórum etc.), quem participa, principais iniciativas, e as atividades realizadas no período.

Também pode haver um ato, durante o encontro, que formalize o compromisso dos candidatos com as iniciativas do território por meio da **assinatura de uma carta compromisso**, evitando descontinuidade dos projetos educacionais já implantados na região.

**O que pode ser
feito no período
pós-eleição?**



1. Mobilização dos novos prefeitos e DME:

É de extrema relevância que a iniciativa realizada em Regime de Colaboração na região demonstre o trabalho que vem sendo desenvolvido e, com isso, promova a sua legitimidade perante os novos prefeitos e DME que assumirão a nova gestão. Nesse sentido, algumas atitudes, por mais simples que possam parecer, contribuem muito para a compreensão do esforço realizado, ajudam na constituição de vínculos, assim como no aumento da confiança, que é um valor base para o trabalho colaborativo.

Sugestão de ação:

Durante os meses de janeiro e fevereiro, antes mesmo de ter início as reuniões ordinárias do grupo que constitui a iniciativa (Arranjo, Consórcio, Fórum etc.), sugere-se que sejam realizadas visitas (ou reuniões virtuais, se for o caso) a cada município que passou por transição política. Este momento deve ter por objetivo gerar aproximações e praticar a escuta ativa, para compreender a trajetória do novo prefeito e do DME, ouvindo suas percepções sobre a Educação do município.

Nessa oportunidade, deve ser apresentada a iniciativa, seus resultados, rotinas, dinâmicas e planos para o ano vigente.

Sugere-se levar vídeos com depoimentos de outros DME que sirvam para contextualizar e endossar as informações apresentadas, reforçando, inclusive, o potencial do trabalho desenvolvido em grupo colaborativo.

Se houver algum tipo de relatório com explicações e resultados da iniciativa, esse é um bom momento para apresentá-lo e deixar uma cópia com os novos gestores da Educação do município.

2. Realização de evento para integração dos novos DME

A consolidação do engajamento de um grupo ocorre por meio de ações desenvolvidas em colaboração, ao longo do tempo; então, para incluir novos membros nesse grupo já consolidado faz-se necessário um movimento intenso de integração, que seja suficientemente acolhedor e motivador ao ponto de instigar os novos integrantes a participarem da iniciativa, sejam eles os novos DME ou equipes das secretarias de Educação.

Importante destacar que a qualidade das relações interpessoais, no contexto de uma iniciativa de colaboração, é fator essencial para conduzir o bom andamento das ações; a atuação colaborativa depende muito de como são nutridas as relações entre as pessoas, lembrando que estão ali representando instituições, e caso se fragilizem, trarão reflexos diretos nas ações dessa iniciativa. É por isso que o entrosamento desse novo DME com o grupo deve ser tratado como assunto estratégico, do qual dependerá o fortalecimento da iniciativa e a continuidade dos projetos.

20

Sugestão de ação:

Uma estratégia oportuna para essa finalidade é organizar um **evento de acolhimento**, em que seja possível promover diálogos de apresentação, integração e de conquista da confiança mútua e da cumplicidade pelo objetivo de trabalhar pela educação do território.

O momento servirá também para apresentar uma retrospectiva dos últimos 4 anos, apresentando as conquistas e desafios, bem como manifestar o reconhecimento ao trabalho daqueles que estiveram à frente das secretarias nos últimos anos.

Este evento deve ser acolhedor, descontraído e com espaços de reconhecimento das conquistas obtidas pela região mas sem deixar de manter seu caráter técnico.

A seguir, um conjunto de sugestões para o encontro:



apresentação dos membros do grupo, dedicando boa parte do tempo para que todos se conheçam melhor;



apresentação de vídeos/fotos da iniciativa;



depoimentos estratégicos sobre os principais resultados já alcançados pelo trabalho desenvolvido pela iniciativa colaborativa;



apresentação da iniciativa, considerando seus limites e possibilidades, além dos fundamentos legais e modelo de operacionalização da mesma no território (governança);



depoimentos dos DME que deixaram seus cargos;



assinatura de carta de compromisso e adesão à iniciativa;



diálogo sobre possibilidades do plano de ação do ano vigente;



entrega de pasta organizada com o histórico da iniciativa, diagnóstico, plano de ação e resultados;



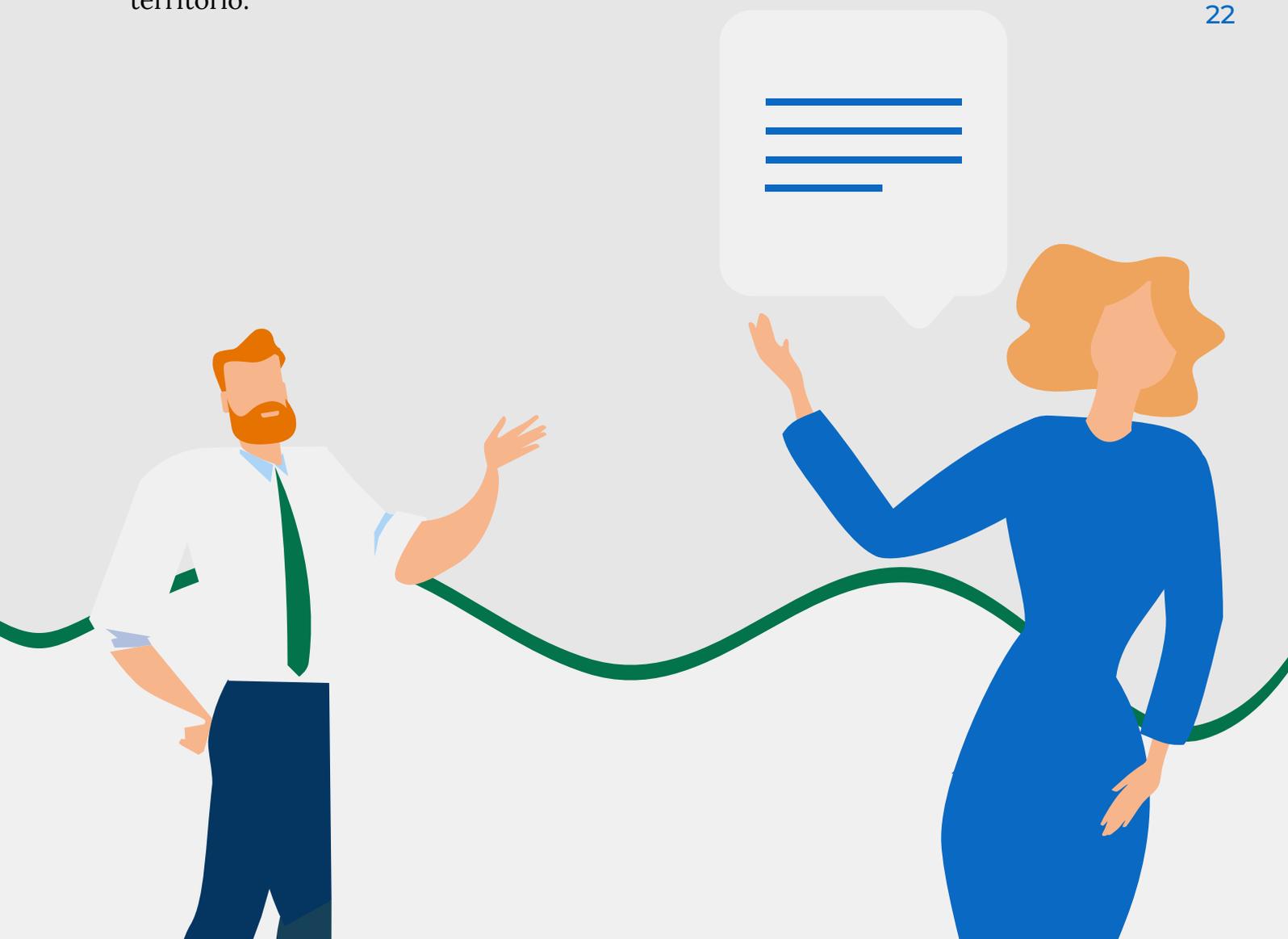
breve palestra sobre Regime de Colaboração, a fim de informar sobre os aspectos legais da iniciativa e reforçar o conceito para aqueles que já fazem parte;



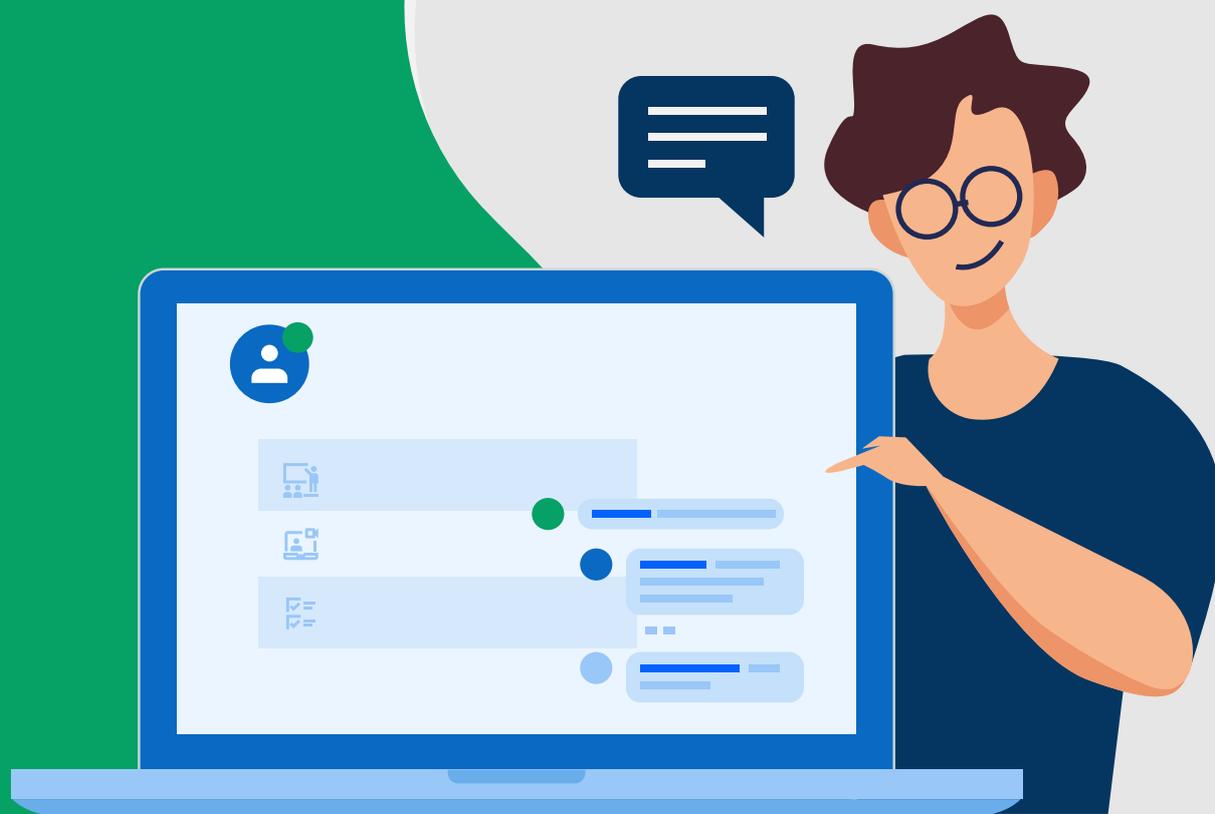
momento de confraternização com *coffee break* ou coquetel.

Que tal criar um relacionamento mais próximo?

A fim de buscar maior apoio e engajamento dos prefeitos com as iniciativas de colaboração, sugere-se ao grupo avaliar a possibilidade de manter uma agenda de encontros periódicos (podem ser presenciais ou mesmo virtuais), que terão como principal objetivo de apresentar os avanços das ações e os resultados já alcançados. A ideia é que sejam mais frequentes no primeiro ano após a transição, e possam reduzir a periodicidade nos anos seguintes, mas é uma estratégia que poderá fortalecer ainda mais o trabalho em Regime de Colaboração no território.



Super dica: Plataforma Conviva e o “Memorial de Gestão”



Plataforma Conviva e o “Memorial de Gestão”

O primeiro e importante passo para a continuidade dos projetos e políticas educacionais é primar pelo registro de todas as informações, para que tudo aquilo que vem sendo realizado possa ser conhecido pelos novos profissionais que assumem a gestão.

Para contribuir com os municípios nesse quesito, a plataforma Conviva, desenvolvida pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), já disponibiliza um sistema gratuito de gestão para os DME e suas equipes técnicas, agora fornece uma ferramenta chamada “Memorial de Gestão”. Organizado em diversos formulários, cada um deles referente a uma área de gestão, como administrativa, pedagógica, orçamentária e financeira e de alimentação, o memorial tem vários recursos para apoiar as secretarias no registro de todas as informações.

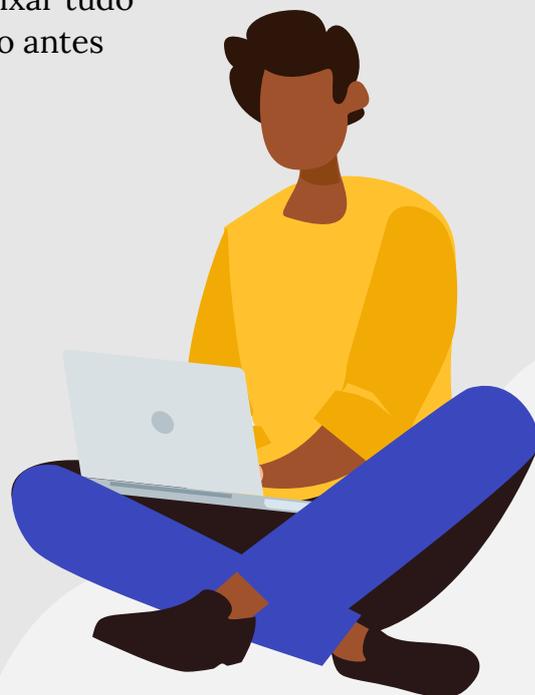
24

O preenchimento do memorial deve ser feito pelo DME ou alguém indicado por ele, e é importante que esses dados sejam os mais corretos e detalhados, para servirem de referência concreta para os futuros gestores.

Sugere-se planejar uma estratégia de preenchimento, estabelecendo um cronograma e indicando profissionais responsáveis pelas informações em cada setor; e o principal: não deixar tudo concentrado nos últimos meses do ano, ou seja, quanto antes começar o preenchimento, melhor!



Clique e acesse:
www.convivaeducacao.org.br



Como se realiza uma campanha que há 16 anos garante a continuidade dos projetos educacionais



[Clique aqui](#) e assista ao depoimento da fundadora do Icep, Cybele Amado, sobre a força e o propósito dessa campanha.



Garantir a continuidade de políticas educacionais e exigir melhorias na qualidade da educação para um território não é uma tarefa que cabe apenas ao dirigente municipal de Educação.

Por meio da campanha denominada "Mobiliza pela Educação", envolvendo diversos atores sociais, e do mapeamento das principais demandas, o território que abrange a Chapada Diamantina e regiões, na Bahia, organiza um evento - o Dia E - para apresentar prioridades da Educação e formalizar um compromisso dos candidatos aos cargos municipais, além de acompanhar o planejamento e as ações do representante eleito. Esse Arranjo existe desde 1997 e essa boa prática vem sendo realizada desde 2004, contribuindo para a garantia da continuidade das políticas municipais já existentes, mesmo com a troca de prefeitos, vereadores e DME.

Entenda melhor como funciona essa ação, apoiada pelo Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep):

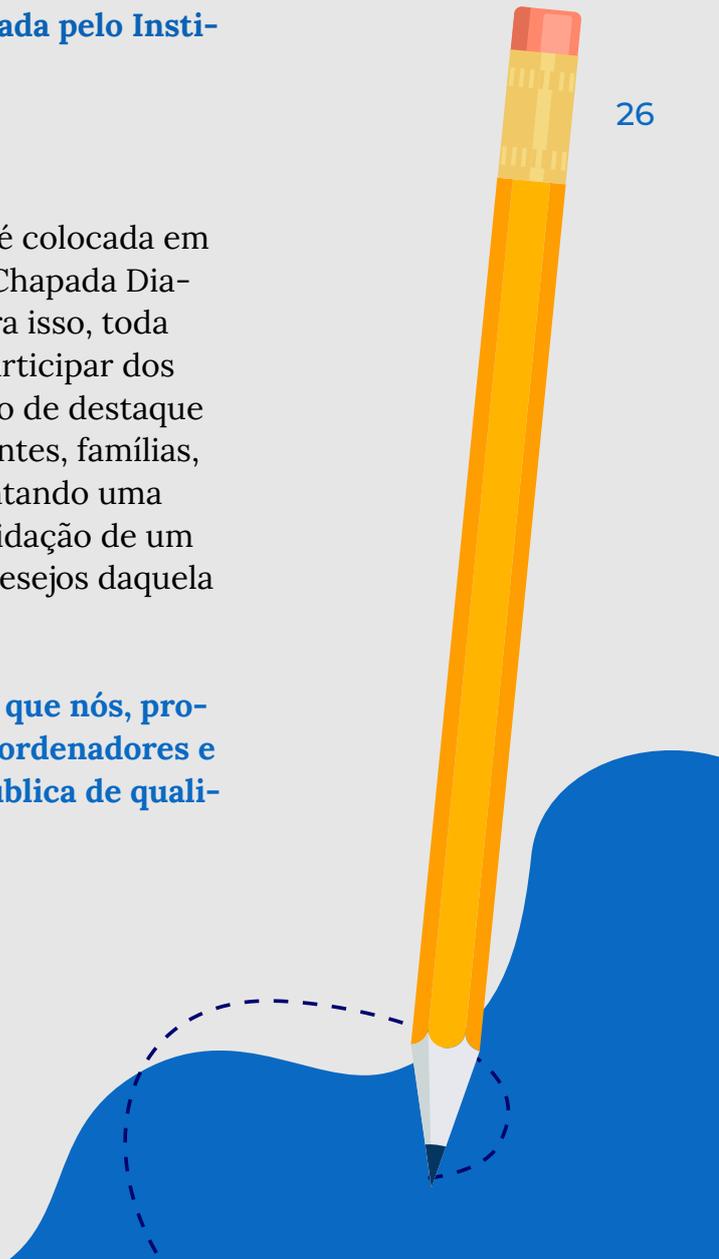
Dia E

Em anos que acontecem as eleições municipais é colocada em prática a campanha Mobiliza pela Educação na Chapada Diamantina e regiões, que culmina com o Dia E. Para isso, toda a comunidade é convidada a sugerir, opinar e participar dos mini-fóruns que acontecem nas escolas. O ponto de destaque dessa ação é justamente dar voz a todos: estudantes, famílias, professores, coordenadores, diretores, representando uma oportunidade de escuta que possibilita a consolidação de um documento que vem representar, portanto, os desejos daquela comunidade para a educação de sua região.

Nos fóruns, serve como pergunta norteadora: **O que nós, profissionais da escola - professores, diretores, coordenadores e pais - desejamos para termos uma educação pública de qualidade para os nossos estudantes?**



Clique aqui e conheça os desejos e sonhos dos alunos desse território.



Para o evento Dia E, os candidatos a prefeito e vereador são convidados a ouvir esses desejos e reivindicações da comunidade e dos educadores. Nesses encontros, tais candidatos atuam como ouvintes, sem direito à fala. Essa proposta coletiva é oferecida aos candidatos ao executivo e ao legislativo para que assinem, como forma de compromisso em que, uma vez eleitos, irão garantir a execução das metas propostas para a educação.

Como promover um "Dia E" na sua região

Preparação do evento

- 1 Definir e organizar o local em que acontecerá o Dia E;
- 2 Convidar todas as pessoas e segmentos importantes para a causa da Educação: estudantes, famílias, educadores e toda a comunidade do entorno;

No dia do evento, o espaço deverá estar ambientado com fotografias dos alunos em atividades nas escolas municipais e com as produções deles realizadas nas diversas disciplinas.

Encaminhamento das discussões

- 1 Estabelecer uma solenidade de abertura, com execução do Hino Nacional e atividade de boas-vindas;
- 2 A pessoa responsável por fazer a introdução apresenta ao público os objetivos do Dia E;
- 3 Os representantes da Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Fóruns de Educação (CAAFE) fazem a leitura das propostas realizadas, parcialmente realizadas e não realizadas pela gestão em curso;



Clique aqui e ouça o depoimento de Jeane de Oliveira, diretora do Núcleo Lagoa de Dionísio, no município de Ibitiara (BA).

- 4 Representantes das escolas fazem a leitura das propostas elaboradas nos mini-fóruns escolares;
- 5 Abre-se um debate para escutar as necessidades e as conquistas da Educação no município, refletir sobre elas e propor encaminhamentos;
- 6 É feita a leitura pública das propostas coletivas, originárias dos mini-fóruns, que após passar por uma curadoria da equipe técnica, compõem um documento previamente preparado que será assinado pelos candidatos;
- 7 É realizada a assinatura do documento pelos candidatos a prefeito e a vereador presentes no evento.

Regras de participação nos debates:



É preciso estar inscrito para ter direito à palavra;



Quem está com a palavra tem um tempo definido para expor suas ideias e opiniões;



Não são permitidos discursos partidários, pois não se trata de um debate político;



Não são permitidas acusações, pois há lugares adequados para denúncias, como o Ministério Público e outras instituições;



Não são permitidas agressões verbais a qualquer pessoa ausente ou presente ao evento.



Clique aqui e ouça o depoimento de Ricardo Berbel, secretário municipal de Educação do município de Wagner (BA).

Ações posteriores ao Dia E

O Icep tem o compromisso de fazer um grande banner com as propostas priorizadas no Dia E e entregá-lo ao grupo eleito no pleito municipal. Logo após a posse, prefeito, DME e outros gestores da área serão convidados pelo Icep a participar de um seminário para definir as estratégias que vão assegurar a continuidade da política educacional do município, apesar da mudança no quadro de gestores. Este seminário ocorre mesmo em caso de reeleição do prefeito.

Monitoramento

Os membros da CAAFE iniciam sua atuação selecionando dez propostas prioritárias do município, definidas no Dia E, juntamente com o dirigente municipal de educação. São realizadas, anualmente, duas ou três reuniões com o prefeito para o acompanhamento das prioridades e a regulação das iniciativas que ainda precisam ser encaminhadas.

Na Câmara dos Vereadores, os membros da CAAFE fazem duas ou três vezes ao ano uma visita para relatar o andamento das propostas prioritárias.

O monitoramento envolve, ainda, a participação de todas as escolas e dos pais, pois cada escola revisita as sugestões levadas ao Dia E que podem ser efetivadas no âmbito da direção e as que necessitam do apoio da comunidade. Os itens relacionados às salas de aulas e às escolas precisam ser assumidos pelas comunidades para serem efetivadas.



Clique aqui e ouça o depoimento da professora Fatiane Rosa da Silva, do município de América Dourada (BA).





Clique aqui e assista ao depoimento da diretora presidente do Icep, Elisabete Monteiro, sobre a importância dessa mobilização para o território.

Campanha de Transição Suprapartidária

Logo após o resultado das eleições, todos os prefeitos eleitos dos municípios que compõem um território são convidados a participar de um seminário cujo objetivo é colaborar para a promoção de estratégias que assegurem a continuidade da política educacional, mesmo diante das mudanças no quadro da gestão municipal. Para esse momento também serão convidados aqueles que, porventura, tenham sido reeleitos.

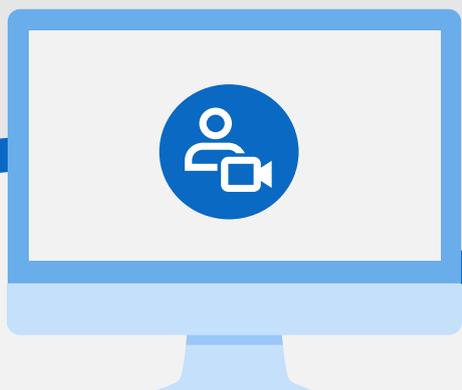
Reforçando o compromisso por uma transição suprapartidária, são organizados memoriais por município, conforme orientação do Ministério da Educação (MEC), contendo o histórico de cada rede: estrutura das secretarias, projetos, ações, avanços, resultados, demandas e dificuldades.

30



Esses memoriais podem ser desenvolvidos a partir de orientações disponíveis na internet ou, ainda, utilizando-se da ferramenta “Memorial de Gestão”, disponível na plataforma Conviva:

www.convivaeducacao.org.br



**Como uma
Câmara Técnica
de Educação de
um Consórcio está
se preparando
para passar pela
sua primeira
transição política**



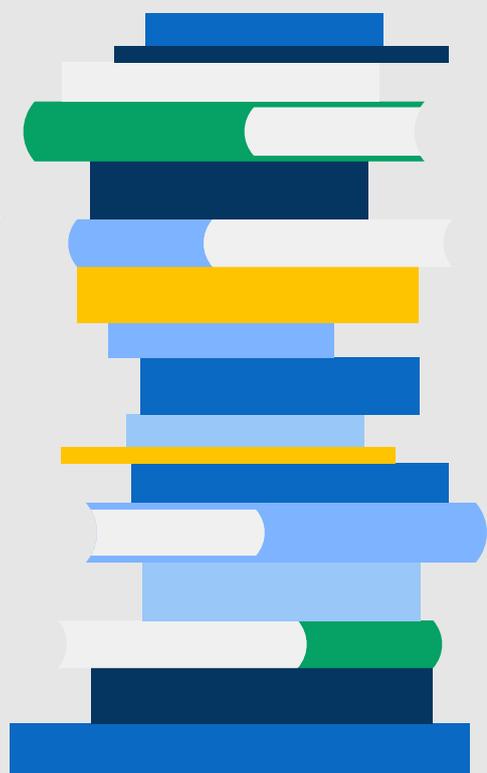
A preocupação com a continuidade dos projetos educacionais está presente no dia a dia de todos aqueles que estão comprometidos com a qualidade do ensino em nosso país, e para os DME que trabalham em colaboração o momento da transição política merece especial atenção.

Tendo iniciado suas atividades em 2018, para a Câmara Técnica de Educação (CTE) do Consórcio Intermunicipal do Sul do estado de Alagoas (Conisul), que envolve 17 municípios, esta é a primeira transição política que estão vivenciando, e para a qual estão se preparando cuidadosamente, deixando registrado toda sua trajetória até o fim dessa gestão municipal.

Infelizmente, para impor um desafio ainda maior, vive-se no país, e no mundo, a pandemia do coronavírus, afastando todos fisicamente e tornando as rotinas um pouco mais difíceis, mesmo com toda a tecnologia disponível.

Mas, mesmo diante desse cenário, os membros da CTE do Conisul entenderam que era necessário deixar registrado tudo que foi feito, todos os sucessos e também os desafios ainda a enfrentar. Todos os envolvidos têm muita clareza de que devem deixar o registro de toda a história que começaram a escrever no Consórcio; as ações realizadas desde seu início e aquelas que, especialmente em virtude da pandemia, tiveram que ser suspensas presencialmente, mas que mesmo assim houve muito esforço e dedicação para minimizar os possíveis prejuízos, realizando-as remotamente.

A CTE do Conisul faz parte do Programa Melhoria da Educação, do Itaú Social, e com parceria técnica da Oficina Municipal, buscou contribuir para o melhor caminho neste momento de transição eleitoral, pensando a continuidade das políticas educacionais no território. A partir da orientação da profissional que ministrou a oficina sobre transição de gestão, os municípios constituintes do consórcio, bem como o próprio consórcio, passaram a conhecer o Memorial de Ações e entenderam sua viabilidade para o grupo.



A partir de uma oficina de formação sobre o tema, foram apresentadas técnicas para essa realização, com todo um planejamento para que o documento final seja transparente, completo, claro e objetivo, proporcionando aos próximos gestores as informações necessárias para a continuidade das ações que foram iniciadas por este grupo e também aquelas que, mesmo planejadas, não puderam ser realizadas, principalmente pela situação inédita de pandemia vivida em 2020.

Passo a passo do Conisul na elaboração do seu Memorial de Ações:

Passo 1

Começamos contando um pouco da história do consórcio, e também nesta etapa, colocamos os objetivos do Memorial, a justificativa para a elaboração do mesmo e qual a metodologia utilizada.

Passo 2

Nesta etapa nos dedicamos a apresentar especificamente a Câmara Técnica de Educação, pois se trata de um instituto ainda não muito conhecido por todos. Apresentamos seu histórico, criação, composição, desafios, documentações, registros, parcerias, além da missão, visão e valores que a CTE possui, bem como sua estrutura organizacional, a composição da comissão, o organograma da CTE, as atribuições de cada um dos membros, e anexamos todos os instrumentos normativos e regulatórios, os instrumentos que serviram de apoio e a presença importante dos parceiros que auxiliaram em tudo desde o início.



Clique aqui e assista ao depoimento da dirigente municipal de Educação de Barra de São Miguel (AL), Neuza Vilela de Carvalho.

Passo 3

Neste passo, são apresentadas as metas propostas pela CTE para o biênio 2019-2020, citando as ações implementadas e aquelas ainda em andamento. O objetivo é deixar o registro de eventos realizados pelo próprio consórcio e aqueles em que participamos como consórcio convidado, com depoimentos diversos de prefeitos, secretários, técnicos, membros ou não da CTE, e também com registros fotográficos. Tudo o que foi realizado, seja presencialmente ou remotamente.

Passo 4

Deixamos registrado o que não conseguimos concluir, o que ficou pelo caminho, ações que sugerimos que sejam implementadas em virtude de terem sido estudadas (e os estudos serão anexados) mas que, infelizmente, em razão da pandemia, não conseguimos concluir e ficarão como sugestão à próxima gestão.

Passo 5

Finaliza-se o documento com as considerações, referências utilizadas e ainda todos os apêndices e anexos.

Todos os passos foram elaborados em conjunto com os DME e técnicos representantes das secretarias, num trabalho colaborativo e engajado de todos os envolvidos.



Clique aqui e assista ao depoimento do coordenador de Educação do Conisul e secretário executivo da CTE, Louristel Erlan.



Mensagem final

Nosso objetivo com essa cartilha é chamar a atenção dos dirigentes municipais de Educação e profissionais da área sobre a importância da realização de uma transição política cuidadosa.

Queremos convidá-lo a refletir sobre as possibilidades de planejar uma boa transição para seu município e para seu território. Crie espaços de diálogo e dê o primeiro passo. Se não dá mais tempo de planejar algo mais estruturado, então, o que ainda é possível de se fazer no território? Mesmo que sejam poucas ações, façam com qualidade, ficando a certeza de que cumpriram com seu papel cidadão de forte compromisso pela educação de maior qualidade em nosso país.



